

O sistema financeiro tem um papel a cumprir: democratizar o crédito, ser sensível às demandas do mundo dos negócios e apoiar as inovações que surgem

Francisco Miranda

Presidente da Desenbahia

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, apresenta um painel com informações socioeconômicas dos principais impactos da Covid-19 na Bahia. O portal **SEI Colab: Evidências e Desafios da Covid-19**, apresenta dados e previsões estatísticas sobre a pandemia e análises de possíveis impactos na estrutura dos serviços públicos de saúde e na atividade econômica do estado. Além dessas contribuições, o painel também traz a colaboração de pesquisadores nacionais e de importantes agentes envolvidos na produtividade no país e no estado em entrevistas que versam sobre os referidos impactos e os possíveis desdobramentos em cenários pós-pandemia. Nessa edição, o entrevistado é o presidente da Desenbahia, Francisco Miranda, que é Advogado com especialização em Economia Internacional e Finanças Públicas. Entre os principais destaques da entrevista, está o papel renovador das crises mundiais e os períodos de crescimento econômico pós crises globais. Leia a entrevista na íntegra abaixo:

SEI-Colab: O que esperar desta crise para os setores produtivos na Bahia, sobretudo o financeiro? Qual a expectativa da retomada dos negócios?

Francisco Miranda: Crises são momentos desafiadores para todos agentes econômicos. Mas são também oportunidades para a inserção ou mesmo criação de novos produtos e hábitos de consumo ou de como se produzir. Na prática, hoje, já estamos vendo o incremento de alguns hábitos, em especial aqueles relacionados ao mundo virtual. As vendas pela internet dispararam, as redes sociais estão sobrecarregadas, a educação à distância está se proliferando, o entretenimento virtual nunca foi tão requerido e as empresas patrocinadoras já perceberam que podem alcançar um público muito maior apoiando estrelas nos seus “shows caseiros”. A estrutura produtiva baiana não está fora desse movimento. Muitos negócios vão se modernizar, outros vão mudar de configuração e novos empreendimentos surgirão. O segmento financeiro precisa estar bastante atento, pois é o momento de apurar a sensibilidade para apoiar os negócios que já estão no mercado e enfrentam os efeitos da crise, e aqueles que estão nascendo e requisitam auxílio para se estabelecer. Nossa expectativa é que, passadas essas semanas em que as pessoas estão fazendo o isolamento social, teremos um tecido econômico diferente e que as demandas por crédito se incrementarão em relação ao que vimos nos últimos anos. De novo, o legado dos ciclos econômicos e as formulações dos economistas nos apresentam tal perspectiva: após a crise, é momento de forte crescimento.

SEI-Colab: Como o governo brasileiro conseguirá adotar políticas coerentes para evitar que a recessão se transforme numa depressão?

Francisco Miranda: O papel das políticas governamentais é fundamental nesse momento crítico. Essas políticas não só podem atenuar os efeitos negativos da crise, como podem direcionar recursos (financeiros e não-financeiros) para os agentes que estão introduzindo as novidades, seja no campo da oferta de novos produtos, seja



Francisco Miranda
Presidente da Desenbahia

no âmbito da inovação do próprio processo produtivo. Uma preocupação relevante é como conduzir as políticas de redistribuição de renda, de amparo às micro e pequenas empresas, num ambiente em que a informalidade é grande, não há cadastro de todos os agentes necessitados. Nesse aspecto, o desafio do governo é enorme. É preciso ser criativo e despendar recursos até para viabilizar canais de comunicação com essa parcela grande de agentes (pessoas e empreendimentos) que compõe o lado informal da economia e que se ressentem muito no momento. O êxito na criação desses canais pode ser determinante no sucesso das políticas públicas para evitar que a recessão se transforme em uma depressão.

SEI-Colab: A partir da experiência da crise de 2008, quais setores tendem a ser mais beneficiados por uma suposta intervenção mais direta do Estado?

Francisco Miranda: Antes de mais nada é preciso esclarecer que estamos diante de uma crise econômica muito diferente daquela de 2008. A importância das políticas governamentais para o enfrentamento dos percalços é o principal legado que o enfrentamento de 2008 pode nos ajudar agora. A verdade é que os desafios que cada situação nos impõe são particulares, específicos. Lembremos que a crise de 2008 nasceu no sistema financeiro e que atingiu a economia real com um espaço de tempo razoável. No Brasil, como temos um sistema financeiro com características e regulações próprias, apenas as empresas mais internacionalizadas sentiram o impacto da crise de forma imediata. A crise de 2020 tem sua origem numa questão sanitária e, por conta do necessário isolamento social que estamos precisando praticar (na ausência de outras condutas mais eficazes: medicamentos ou vacinas), os problemas nascem no lado real da economia.

Francisco Miranda: A demanda por bens e serviços se recolheu e muitos empreendimentos fornecedores de bens não-essenciais estão sofrendo de modo mais severo. Voltando à questão, podemos dizer que o certo é que políticas públicas são essenciais em épocas de crise. O sistema financeiro tem um papel a cumprir: democratizar o crédito, ser sensível às demandas do mundo dos negócios e, o que é mais difícil por conta dos riscos envolvidos, apoiar as inovações que surgem.

SEI-Colab: As medidas adotadas pelo governo brasileiro para apoiar a manutenção de emprego e renda podem minimizar o impacto na economia?

Francisco Miranda: Certamente! Todos aguardam a continuidade das medidas já anunciadas e o aprimoramento dos mecanismos de transmissão para garantir o seu sucesso. O que ainda não sabemos é a profundidade da crise. Até onde vai. De concreto, temos o programa emergencial do BNDES que permite dilação da carência por até 6 meses, com manutenção dos juros e sem acréscimo de mora. Recentemente, o governo editou mais um conjunto de regras para facilitar as operações de crédito. Com essas últimas medidas, os bancos públicos ficam dispensados de cumprir certas obrigações no momento de renovação e de concessão de novos empréstimos. São medidas importantes, além de esperadas. Mas ainda é cedo para uma resposta conclusiva se elas já são suficientes para minimizar os impactos da crise. Ademais, como dito antes, os agentes econômicos informais compõem uma parcela importante dos mais penalizados com a crise. Há um desafio enorme a ser vencido que é o estabelecimento de canais de transmissão para fazer as medidas tomadas chegarem a essa parcela, ou seja, chegarem até aquele trabalhador autônomo ou aquela microempresa que não adentram uma instituição financeira e sequer figura em um cadastro público. O governo está ciente dessa situação. E nós, aqui na Desenhahia, na medida das nossas possibilidades, estamos fazendo de tudo para ajudar na implementação dessas políticas, seguindo as diretrizes do governo estadual.

SEI-Colab: Como está entre as empresas do setor a prática e adesão às MPs 927 e 936 do governo federal que instituem o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, trazendo a possibilidade da redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários e de suspensão temporária do contrato de trabalho?

Francisco Miranda: A Desenhahia é uma empresa do segmento financeiro e, particularmente neste segmento, ainda não se tem notícias sobre instituições que estejam aderindo às duas possibilidades citadas. O que tem sido percebido com maior frequência é, em casos específicos, alteração do trabalho presencial para o trabalho remoto ou teletrabalho (usualmente chamado de *home office*). Não soubemos de casos de férias coletivas, por exemplo. Mas supomos que a concessão antecipada de férias individuais possa estar ocorrendo. É importante registrar que o segmento financeiro/bancário é considerado setor essencial, não pode parar. Através da mídia é que estamos vendo que o segmento produtivo vem recorrendo às duas medidas

mencionadas: redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários e suspensão temporária do contrato de trabalho.

SEI-Colab: Há como medir os impactos da pandemia, com a paralisação de atividades nos pequenos, médios e grandes empresários? Quais as saídas que a Desenhahia aponta como uma alternativa para esses pequenos, microempresários e MEIs?

Francisco Miranda: Antes de mais nada precisamos esclarecer que a Desenhahia é uma Agência de Fomento de médio porte que administra duas carteiras de operações de crédito (a carteira própria, da Desenhahia, e a carteira do FUNDESE, que é um fundo especial do Estado da Bahia) que, juntas, somam cerca de R\$ 1,2 bilhão. Nosso conhecimento mais aprofundado do mercado guarda proporção com a magnitude das nossas carteiras de crédito. Temos, de fato, recebido pedidos de renegociação e estamos trabalhando com muito afinco para chegar a boas soluções para todos: desejamos que as empresas superem a fase difícil e se mantenham adimplentes com o sistema financeiro.

Uma das propostas que vem ganhando força para fortalecer os médios, pequenos, microempresários e MEIs é o consumo de produtos locais. Ou seja, incentivar a população a demandar bens e serviços daqueles que estão próximos de si, da Bahia. Possivelmente algumas dessas ações deverão tomar corpo pós a pandemia, mas elas serão importantes para reestabelecer os empreendimentos que estarão mais debilitados.

// Crises são momentos desafiadores para todos agentes econômicos. Mas são também oportunidades para a inserção ou mesmo criação de novos produtos e hábitos de consumo ou de como se produzir. //

SEI-Colab: O sistema financeiro, através de iniciativas anunciadas pelo governo tem disponibilizado financiamento para capital de giro para dar sobrevida às MPes durante a pandemia do coronavírus? As anunciadas medidas pelo BNDES para acesso ao crédito estão chegando aos bancos e à ponta, às empresas?

Francisco Miranda: Sim, como mencionado antes, estamos trabalhando muito para analisar criteriosamente as solicitações de renegociação e, na medida das condições impostas pelas fontes e recursos que operamos, alteramos itens contratados de modo a facilitar a vida do empresário e mantê-lo adimplente com o sistema financeiro. Por outro lado, na via da concessão de crédito, nos mantemos ativos, com todas as linhas disponíveis, inclusive a linha de crédito de capital de giro disponibilizada pelo BNDES, com foco em pequenas empresas e com condições especiais para dar um fôlego maior para as empresas enfrentarem os efeitos da crise.

Francisco Miranda: Ademais, nesse momento em que as ações públicas são essenciais para apaziguar os efeitos da pandemia, mantemo-nos acessíveis e dispostos a colaborar na efetivação de investimentos, na aquisição de máquinas e equipamentos e, em especial, na concretização de investimentos sustentáveis.

“Uma das propostas que vem ganhando força para fortalecer os médios, pequenos, microempresários e MEIs é o consumo de produtos locais. Ou seja, incentivar a população a demandar bens e serviços daqueles que estão próximos de si, da Bahia.”

SEI-Colab: Como está a renegociação de dívidas de empresas afetadas pela paralisação dos negócios pela pandemia com os bancos?

Francisco Miranda: Desde o fim do mês de março, a Desenhahia tem recepcionado solicitações de clientes afetados pela paralisação das atividades não-essenciais para renegociação de dívidas, principalmente no que tange à dilação de prazos com ampliação do período de carência. Para atender à demanda, foram realizados ajustes nos normativos internos e estão sendo implementadas melhorias nos sistemas. A repactuação das dívidas tem sido realizada por meio do alongamento do vencimento das operações,

ampliação do período de carência e simplificação de análise cadastral. As solicitações são analisadas caso a caso, considerando as particularidades de cada empreendimento. Assim, buscamos oferecer a solução mais adequada possível para a manutenção e recuperação das empresas baianas.

SEI-Colab: Como o senhor enxerga o futuro da economia brasileira e baiana pós pandemia?

Francisco Miranda: Havia uma forte perspectiva de retomada efetiva da economia brasileira e baiana no ano de 2020. Como empresa do segmento financeiro, a Desenhahia está se esforçando para atenuar os efeitos prejudiciais da crise e, ao mesmo tempo, observando o que se modifica no tecido econômico. É certo que, em algumas semanas (talvez dois ou três meses), a situação comece a se normalizar e a economia retome a sua marcha. Difícil é prever o ritmo de retomada: se ela se inicia de forma lenta ou já em ritmo acelerado. Se confiarmos nas experiências pregressas que o mundo capitalista vivenciou, apostaremos que, após uma grave crise, sobrevém um período de crescimento econômico. Vale reforçar que a crise não é brasileira ou baiana, é mundial. As economias europeias e norte-americana foram fortemente afetadas, muitos recursos ficaram ociosos, investimentos foram postergados, mão-de-obra ficou paralisada. Como águas represadas que são liberadas, imaginamos que a economia tem chances de deslanchar quando o cenário da pandemia se resolver. Não sabemos exatamente como será esse movimento, esperamos que acelerado, mas podemos garantir que estamos atentos para identificar e atender às necessidades dos empreendimentos baianos, nos limites impostos pela regulação à qual estamos submetidos.

